

LEITURAS

Livros

EUROPEENS ET MAGHREBINS: UNE SOLIDARITE OBLIGEE

Álvaro Vasconcelos (dir.) Col. Hommes et Sociétés, Karthala, Paris, 1993

Em Julho de 1991, por iniciativa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, reuniram-se em Serpa investigadores e representantes de institutos da Europa do sul e do Magreb, para definir os temas prioritários nas relações entre a Comunidade Europeia e os países do Magreb a incluir num projecto de investigação coordenado pelo IEEI. Os temas escolhidos foram a segurança, as migrações e as relações económicas, sendo cada um deles tratado por dois investigadores, um da Europa do sul e outro do Magreb, com o objectivo de dar a conhecer os pontos de vista em ambos as margens do Mediterrâneo. Daí que no volume publicado sejam notórias as diferenças de perspectiva e, inclusivamente, as abordagens diferentes do mesmo tema. Um texto mais global e abrangente serve de introdução ao estudo e insere-o no contexto mais amplo da integração europeia e no novo contexto regional e internacional.

Participaram neste estudo, além do IEEI, o Centro Internacional Carlos V (Madrid), o Centre d'Études et de Recherches Internationales (Paris), o Istituto Affari Internazionali (Roma), o Instituto de Sociologia da Universidade de Argel, o Centro de Estudos Estratégicos da Universidade Mohamed V (Rabat) e a Faculdade de Direito e de Ciências Políticas e Económicas da Universidade de Tunis.

Os temas referidos estiveram em discussão no seminário organizado no quadro deste estudo pelo IEEI, em Sesimbra, em Março de 1992, período em que decorria a presidência portuguesa da Comunidade. Neste seminário, apoiado pelo Ministério da Defesa Nacional e pela Comissão das Comunidades Europeias, participaram, conjuntamente com os investigadores europeus e magrebinos envolvidos no projecto, diplomatas e políticos dos países da Europa do sul e do Magreb, para além de personalidades portuguesas.

Deste trabalho conjunto de europeus e magrebinos resultaram algumas recomendações, enviadas a responsáveis políticos europeus durante a presidência portuguesa, em que são sugeridas aos responsáveis políticos de ambas as margens do Mediterrâneo propostas de acção que visam contribuir para a construção de uma zona de paz e estabilidade no Mediterrâneo ocidental.

Pelos laços históricos e culturais que unem europeus e magrebinos, mas também pela dependência económica dos países do Magreb relativamente à Comunidade Europeia, o papel que a Europa pode e deve desempenhar para a construção desse espaço de estabilidade e cooperação é fundamental. A Comunidade pode e deve reforçar a cooperação com os países magrebinos, quer na vertente das relações bilaterais e multilaterais, quer na vertente da cooperação regional. Considerar o Magreb como um dos domínios de acção comum da PESC e apoiar os processos de transição política destes países, tendo em conta o duplo aspecto da sua complexidade e da interacção permanente com o desenvolvimento e consolidação das respectivas económicas, deveriam ser também preocupações prioritárias na orientação e definição da política europeia para o Magreb. Mas o sucesso de quaisquer iniciativas para a região depende igualmente dos países magrebinos. No plano económico, é fundamental que os países magrebinos criem, internamente, condições (económicas e políticas) capazes de atrair o investidor estrangeiro e de favorecer iniciativas de investidores e empresários nacionais. No plano da segurança, e porque as percepções de segurança nas relações entre a Europa e o Magreb parecem ser elemento perturbador (o discurso da «ameaça» é frequentemente usado), seria desejável que os países europeus e magrebinos acordassem e aplicassem medidas de confiança e transparência relativamente às suas opções estratégicas. Um outro domínio onde as percepções têm grande influência diz respeito à imigração, pelo que esta questão deveria ser considerada como parte integrante do processo de cooperação no Mediterrâneo ocidental. Para além da harmonização das políticas migratórias dos países europeus, os países de acolhimento deveriam ter uma política de informação, e não de opinião, sobre a imigração.

Fernanda Faria

BOUND TO LEAD: THE CHANGING NATURE OF AMERICAN POWER

Joseph S. Nye, Jr. Basic Books, Inc, Publishers, New York, 1990

Joseph S. Nye, Jr. oferece uma perspectiva alternativa à conhecida tese de Paul Kennedy segundo a qual os Estados Unidos estariam em declínio desde 1945. A deterioração da posição relativa dos Estados Unidos no sistema internacional dever-se-ia, na opinião de Kennedy, a um fenómeno de *imperial overstretch* («exaustão imperial»). Nye alerta nomeadamente para analogias históricas inconsistentes e para o «efeito artificial» da Segunda Guerra Mundial, indicando claramente que o diagnóstico de Kennedy está errado: «*The facts do not support the theory*», Ironicamente, a erosão viria a verificar-se não nos Estados Unidos mas na União Soviética, vítima de uma estrutura acentuadamente imperial. Por outro lado, ao contrário dos mitos acerca da *pax americana*, a natureza da hegemonia é «regional» e mais orientada para assuntos específicos, do que geral. Segundo Nye, é a ausência de uma «hegemonia geral», que ajuda, por exemplo, a interpretar as oscilações da política externa americana para com os aliados europeus. No final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos não aspiraram a ganhos territoriais nem mantiveram as nações derrotadas em posições de sujeição. Nye diverge em particular dos proponentes da teoria da estabilidade hegemónica, argumentando que esta perspectiva não explica suficientemente a relação entre poder militar e económico e hegemonia. É interessante notar que a vulnerabilidade dos Estados Unidos no final da década de 1950 e a perda de superioridade nuclear nos anos 60 ocorre no período que os declinistas catalogam como sendo de hegemonia americana. Paradoxalmente, à medida que o cometimento em relação a uma aliança se esbate, a influência hegemónica pode aumentar. O autor argumenta que a teoria se revela, em geral, um indicador fraco na verificação do declínio dos Estados Unidos. Nye recusa aceitar quaisquer «leis de ferro» da história, aparentes no novo determinismo declinista, conduzindo-nos antes para uma concepção de «difusão do poder» nas relações internacionais. Esta hipótese seria, na opinião de Nye, mais coerente com os dados, representando um quadro mais real dos verdadeiros desafios que os Estados Unidos enfrentam. Os constrangimentos poderão surgir mais do desenvolvimento da «interdependência transnacional» e da «difusão do poder» do que da eventual emergência de um novo «pretendente» à hegemonia no sistema mundial. O Japão é referido como um caso interessante, mas a natureza do seu poder é claramente "unidimensional". A Comunidade Europeia, por outro lado, embora apresentando na opinião de Nye

numerosas «inovações institucionais», não parece patentear coesão política suficiente para federaras vontades nacionais, de modo a «substituir» funcionalmente os Estados Unidos.

O autor identifica a «difusão do poder» em cinco dimensões principais: interdependência económica assimétrica, maior número de actores transnacionais, difusão de tecnologia (incluindo crescentes facilidades de comunicação), surto de nacionalismo em Estados exíguos, e novos itens na agenda política. Note-se a propósito que, para Nye, contrariamente a algumas interpretações, o conceito de interdependência não é sinónimo de harmonia ou até de cooperação, significando antes «dependência mútua», muitas vezes distribuída assimetricamente. Nye não nos propõe apenas uma «transformação do poder» para uma melhor avaliação das novas dinâmicas internacionais, mas também uma clarificação das «fontes do poder». Factores como a educação, a tecnologia e o crescimento económico sustentado, parecem ser mais úteis no longo prazo do que a geografia, a demografia ou a força militar per se. Na concepção de Nye, o poder surge como que contaminado. A eficácia está associada com as resultantes daquilo que define como *cooptive behavioral power* - levar outrem a fazer aquilo que se deseja -, e *soft power resources* - atracção cultural, ideologia e instituições internacionais, entre outros exemplos possíveis. Também o «universalismo» da cultura de um país é claramente referido como uma fonte crítica de poder, de *soft power*. O sucesso dos Estados Unidos num contexto internacional de maior fragmentação do poder medir-se-ia agora na capacidade de *power conversion*, ou seja, na capacidade para converter o «poder potencial», medido em recursos, em «poder realizado», medido pela mudança de comportamento de terceiros. Segundo Nye, nas novas condições de interdependência transnacional, os Estados Unidos terão de olhar de forma diferente a «base interna» do seu poder internacional. O problema, no caso dos Estados Unidos, é então definido mais pela aptidão da liderança em *power conversion*, do que na inevitabilidade de declínio económico a longo prazo. Os Estados, em geral, deverão em consequência considerar novas dimensões nos conceitos de segurança e territorialidade. Nye argumenta, por exemplo, que as novas concepções de segurança nacional contemplam mais o «bem-estar económico», a «autonomia dos grupos», e o «status político», do que propriamente a «sobrevivência física» no quadro das fronteiras nacionais. O autor impele-nos assim a considerar as mudanças na distribuição do poder como um elemento susceptível de afectar a «preponderância» relativa dos Estados Unidos no sistema das relações internacionais, e não tanto por via de um «declínio» irreversível. Este, a existir, o que Nye refuta, seria sempre condicionado pela existência de uma capacidade nuclear, que funciona como «reserva de poder».

Por último, Nye desenvolve quatro perspectivas reveladoras de diferentes evoluções no sistema internacional. Desde a continuação da «bipolaridade» (embora modificada em parte pela crise económica da Comunidade de Estados Independentes ou pelo ressurgimento da Rússia - que reterá muito provavelmente grande parte das 27 000 armas nucleares) até a um cenário de multipolaridade flexível, passando pela emergência de novos blocos regionais, Nye constrói um quarto tipo que designa por «poliarquia». Esta perspectiva é, na sua visão, mais consentânea com a «difusão do poder» assente em múltiplas comunidades, esferas de influência, interdependências e lealdades transnacionais. Esta estrutura não exhibe nenhum eixo hegemónico ou visivelmente antagónico (pelo menos na concepção clássica). O modelo de «difusão de poder», no entanto, parece preconfigurar um quadro onde a luta de interesses não desaparece, antes assumindo a forma daquilo a que eu chamaria conflito distributivo. Embora expressando algumas dúvidas sobre a manutenção da posição de proeminência dos Estados Unidos (inesperadamente aproximando-se da conclusão de Paul Kennedy), Nye refere que mesmo no contexto complexo de «poliarquia» os Estados Unidos ainda reteriam uma percentagem de poder significativo.

Os dilemas da dissuasão nuclear na «nova ordem mundial» não parecem ser resolvidos neste excelente trabalho de Joseph Nye, antes parecem complicar-se na busca de uma estabilidade atravessada por crescentes tensões transnacionais. Como acontece com a teoria da dissuasão nuclear, talvez não tenhamos de resolver o enigma, antes iluminá-lo. Os paradoxos são desesperantes, o conhecimento não.

Luís Filipe Lobo Fernandes

WESTERN EUROPE AND THE GULF

Nicole Gnesotto and John Roper (eds.)

The Institute for Security Studies, Western European Union, Paris, 1992

O impacto da guerra do Golfo na Europa dos doze não podia ter sido maior. Além de demonstrar a crescente instabilidade resultante do fim da ordem bipolar, as acções de Saddam Hussein ajudaram também a clarificar os novos desafios que a Europa comunitária enfrenta, no que diz respeito à sua segurança e defesa no pós-guerra fria. Se é verdade que os acontecimentos do Golfo revelaram a debilidade da cooperação comunitária em matéria de defesa e segurança, também é verdade que estimularam um novo e aceso debate sobre o

futuro da integração europeia neste domínio. É precisamente nesta perspectiva que surge o livro de Gnesotto e Roper. A obra não só analisa o estado da política de defesa e segurança comum à luz do Golfo e dos contextos nacionais então vividos pelos Estados membros, como procura identificar as principais repercussões desta primeira grande crise do pós-guerra fria na Europa, tanto a nível comunitário como a nível nacional. A imagem com que se fica é de uma Europa à procura de rumo, de identidade, e da sua posição no mundo.

O livro faz um balanço pouco positivo da actuação comunitária durante a crise do Golfo. Salientando a coordenação do bloqueio naval ao Iraque pela UEO e a vontade dos países da Comunidade em chegarem ao consenso nalgumas questões, revela também doze países claramente divididos por razões de ordem interna, quanto ao Golfo e à questão de uma política europeia de segurança comum.

Após uma frente diplomática unida durante a fase inicial da crise do Golfo, especialmente no que se refere à aplicação do embargo ao Iraque e da resolução 660 da ONU, que exigia a retirada das forças iraquianas do Kuwait, a coesão comunitária passou a acusar os efeitos das atitudes nacionais. A Inglaterra conduziu uma política externa a favor da tradicional aliança com os Estados Unidos, distanciando-se assim de certa forma da Europa. A França, apesar de por fim ter alinhado as suas posições com o eixo Washington-Londres, e obcecada em manter a sua tradicional *singularité*, irritou profundamente alguns dos seus parceiros comunitários quando tentou uma resolução da crise por iniciativas diplomáticas unilaterais. A Alemanha, por sua vez, estava sobretudo preocupada com a questão da unificação e com as possíveis repercussões que uma maior actuação fora da Europa podiam ter em Moscovo. As sensibilidades que rodeiam o uso de força militar alemã foram outro factor que levou Bona a adoptar uma política de «*cheque-book diplomacy*». Quanto aos países da Europa do sul, os seus condicionalismos próprios levaram-nos a adoptar uma política militar menos interveniente. É de salientar também que, no caso de Portugal, o estado de modernização dos equipamentos militares não proporcionava a intervenção num conflito caracterizado pela utilização de tecnologia militar avançada.

Como afirmam Gnesotto e Roper, qualquer comparação entre as forças militares europeias e americanas presentes no Golfo favorece o argumento de que a Europa falhou. Com o fim da guerra ficou não só a nítida sensação de que a Europa ainda tinha muito caminho a percorrer antes de se poder afirmar como uma superpotência política, como o facto de que os Estados Unidos só dificilmente poderiam suportar sozinhos uma outra operação militar semelhante à desencadeada no Golfo. Aliás, uma das grandes lições da guerra do Golfo tem que ser precisamente a necessidade de se desenvolver uma maior cooperação entre a

Europa e os Estados Unidos, de modo a equilibrar os problemas existentes nos dois lados do Atlântico, quando se trata de questões de segurança internacional.

A guerra do Golfo teve também como consequência o reavivar do debate sobre a melhor forma de garantir a segurança e defesa da Europa perante ameaças semelhantes à protagonizada por Saddam Hussein. Iniciou-se um debate aceso em todos os países comunitários sobre o futuro da NATO, da UEO, a relação destes com o processo de integração europeia e com o aliado americano. Naturalmente estes debates nacionais foram transferidos para o debate intra-comunitário sobre o futuro da política externa e de segurança comum. Enquanto a Inglaterra, Portugal e a Holanda defenderam a continuação de uma forte ligação com os Estados Unidos dentro da NATO, assumindo a UEO a função de pilar europeu desta última, a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, e a Bélgica, defendiam uma estrutura de defesa europeia significativamente mais independente da tutela americana. O resultado deste debate produziu, após um ano de negociações, o compromisso institucionalizado no tratado de Maastricht.

Como demonstram os vários autores do livro, este debate sobre a segurança europeia nos vários países da Comunidade levantou também a necessidade de adaptar as políticas nacionais de defesa e segurança às realidades internacionais do pós-guerra fria. No caso da Itália, a sua participação no Golfo criou um consenso mais alargado sobre a sua eventual participação em operações de policiamento internacional dentro do quadro da ONU. Mesmo na Alemanha, os acontecimentos do Golfo instalaram na classe política uma vontade de reunir um consenso mais amplo na população para permitir que o Estado alemão possa assumir maiores responsabilidades em questões de segurança internacional. A decisão alemã de participar na defesa da zona de exclusão aérea sobre a Bósnia assim o demonstra. Quanto à França, o facto de ter colocado as suas tropas sob a chefia militar americana durante a guerra no Golfo, pode significar uma maior «europeização» da sua política de defesa e segurança. Contudo, os autores do capítulo francês, invocando o primeiro discurso proferido por François Mitterrand após o Golfo, mostram-se um tanto ou quanto cépticos em relação a este ponto.

A guerra do Golfo também trouxe consigo repercussões no que toca à criação de forças militares preparadas para os desafios do pós-guerra fria. Apesar de já se encontrarem processos de modernização das forças armadas em curso nalguns países europeus, o Golfo contribuiu para uma aceleração significativa deste processo especialmente na Espanha, na Itália e na Holanda. A necessidade de dotar as forças europeias de melhor tecnologia, mobilidade, flexibilidade e de um alto grau de profissionalismo, são prioridades hoje

defendidas por todos os países comunitários na reorganização das suas forças armadas. Naturalmente, o objectivo deste processo é melhorar as capacidades das forças europeias para intervirem em conflitos para além das suas fronteiras, dentro ou fora de um quadro europeu ou da ONU.

Após a leitura do livro, a sensação com que se fica é que a guerra do Golfo acordou os países da Europa comunitária da sua sonolência em se adaptarem ao pós-guerra fria, forçando-os a uma rápida redefinição da sua estratégia de segurança. Apesar de com a crise do Golfo se ter iniciado um período de adaptação europeia ao pós-guerra fria, este processo ainda se encontra longe de estar concluído. É que o desenvolvimento de uma política de segurança comum não será tarefa fácil, apesar de os Estados europeus nela se mostrarem empenhados, embora defendendo perspectivas por vezes divergentes.

Moisés Venâncio

O FUTURO DO BRASIL - A AMÉRICA LATINA E O FIM DA GUERRA FRIA

José Álvaro Moisés (org.), Editora paz e Terra, São Paulo, 1992

Com o fim da guerra fria e o colapso do bloco de leste, inicia-se uma nova era nas relações internacionais. A inserção internacional dos países deixa de ser pensada em termos ideológicos, o que faz com que o alinhamento tradicional dos Estados tenha que ser repensado em função dos novos dados do contexto internacional. A obra *O Futuro do Brasil - A América Latina e o Fim da Guerra Fria* é uma abordagem do papel e do lugar da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, no novo contexto internacional. Trata-se de um volume colectivo, publicada na sequência da realização de diversos seminários e investigações que envolveram especialistas europeus, brasileiros, japoneses e americanos, e organizada por José Álvaro Moisés, professor da Universidade de São Paulo.

A conclusão geral a que chegam os diversos autores é a diminuição da importância estratégica da América Latina. Fruto das profundas alterações da situação internacional, essa diminuição é tanto mais grave quanto coincide temporalmente com a ocorrência de graves crises internas nos países da América Latina. A maioria dos países enfrenta hoje problemas semelhantes: o processo de consolidação da democracia, a necessidade de superar os graves problemas de desigualdade social, a fundamental mudança de orientação dos modelos de desenvolvimento.

Na introdução, José Álvaro Moisés apresenta uma perspectiva pessimista da evolução da situação interna dos países da América Latina, o que condiciona a sua inserção internacional: «O contraste com o Leste europeu e outras partes do mundo é inevitável: enquanto ali o ritmo e a radicalidade das mudanças atestam o enorme desejo de encontrar, o mais rapidamente possível, uma resposta para o atraso imposto pela história, aqui, (...) é como se continuássemos aceitando a ideia de extracção oligárquica de que temos um grande futuro pela frente e, enquanto pensamos assim, o futuro não chega.» Esta perspectiva será sobretudo fruto de uma preocupação central à maioria dos países da América Latina: o receio de serem ultrapassados pelo Leste na concorrência pela atenção dos países desenvolvidos, sobretudo na relação com a Comunidade Europeia. No entanto, os desenvolvimentos mais recentes têm vindo a demonstrar que o processo de transição política e económica na Europa central e de leste está ainda longe da conclusão. Apesar dos problemas da América Latina, parece hoje patente que esta região tem um maior potencial de captação do investimento externo do que a Europa central e de leste.

Duas questões são apresentadas como essenciais para a inserção internacional da América Latina: a integração regional e a consolidação da democracia.

A integração regional é considerada pelos autores como alternativa estratégica para a América Latina, dado o actual contexto internacional de formação de blocos. Visa a formação de um bloco próprio, necessário para que a América Latina possa enfrentar as alterações da economia mundial.

Ronaldo Motta afirma que «o restabelecimento da convivência democrática, assim como o respeito pelos direitos humanos, em quase toda a América Latina, deve ser o grande pano de fundo para o avanço com o diálogo com a Europa ocidental». Estamos perante uma abordagem que salienta a necessidade de superar um discurso baseado nas proximidades culturais nas relações entre a Europa e a América Latina. A América Latina deve salientar o desenvolvimento das suas estruturas democráticas e o seu empenhamento na preservação dos valores democráticos, como forma de reforçar a sua capacidade de diálogo com os países desenvolvidos, nomeadamente com a Comunidade Europeia.

Maria João Seabra

Colóquios

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA EUROPA DO SUL: ASPECTOS RELEVANTES PARA EXPERIÊNCIAS ACTUAIS

Lisboa, 21, 22 e 23 de Maio de 1992

O principal objectivo desta conferência organizada pelo IEEI foi a análise dos processos de transição e consolidação da democracia nos países da Europa do sul, tendo em vista as experiências que se encontram a decorrer na Europa central e oriental. A conferência foi estruturada em torno dos aspectos da experiência da Europa do sul que se revelam mais pertinentes para as novas democracias europeias e contou com a presença de investigadores e políticos da Europa central e oriental.

Os temas em discussão foram os seguintes:

- O papel dos partidos políticos e a sociedade civil

Nascimento e consolidação dos partidos políticos em Portugal, o seu papel central no sistema político; a importância de diferentes grupos de opinião e dos meios de comunicação social no controlo da acção política.

- Reforma do Estado e diversidade nacional

A reconstrução do Estado: reforma constitucional em Espanha; respeito por diferentes confissões religiosas num Estado predominantemente católico (Estado laico) e a protecção dos direitos dos grupos nacionais: a experiência das autonomias. A complexidade da Justiça face ao passado.

- Reformas económicas e coesão social

Aspectos económicos e sociais da transição. Dificuldades encontradas por Portugal na aplicação das reformas económicas e na manutenção do suporte social necessário para consolidar a democracia, numa época de crise económica e com a nacionalização dos principais sectores da economia; dificuldades agravadas pelas grandes expectativas dos indivíduos.

- As forças armadas num regime democrático

Subordinação dos militares ao poder civil: o exemplo de Portugal, Espanha e Grécia. A integração das forças armadas no regime democrático e a sua subordinação ao poder civil.

- *Importância de actores internacionais na transição e consolidação da democracia*

Papel desempenhado por instituições como o Conselho da Europa, a Comunidade Europeia e instituições europeias de segurança nos processos da Europa do sul. Qual poderá ser o seu papel nas experiências de transição e consolidação da democracia nos países da Europa central e oriental.

Apesar de as diferenças entre os processos serem substanciais, os participantes concluíram pela oportunidade de discutir as experiências de transição e consolidação da democracia, realçando o facto de Portugal e Espanha serem dois exemplos recentes, bem sucedidos, de restabelecimento da democracia.

Diferença substancial é, desde logo, o tipo de regime precedente: os regimes autoritários que vigoraram em Portugal e Espanha e os regimes totalitários da Europa do centro e do leste foram muito diferentes, o que condicionou todo o processo de transição e consolidação democrática. No entanto, as experiências portuguesa e espanhola fornecem dados que não se podem desprezar relativamente a algumas questões centrais do desenvolvimento do regime democrático.

A forma como a Espanha resolveu o problema das nacionalidades com a criação do "Estado das autonomias" é uma referência válida para a Europa central e de leste. O caso espanhol constitui um exemplo da atenção dedicada ao problema das nacionalidades, procurando a sua integração dentro de um Estado multinacional, mas concedendo-lhes espaço de manobra. Apesar das suas lacunas, o "Estado das autonomias" permitiu de facto um apaziguamento das tensões nacionais.

O tratamento dado ao problema dos indivíduos comprometidos com o antigo regime em Portugal é também uma referência relevante para os países da Europa central e de leste. O período de consolidação da democracia, sobretudo quando acompanhado por profundas reformas económicas, como é o caso dos actuais processos, mas também como se verificou em Portugal e Espanha, necessita da presença constante e forte da sociedade civil, necessita da participação dos indivíduos. Reforçar ainda mais as clivagens existentes numa sociedade, procurar culpados e inimigos, não é concerteza o caminho mais propício para uma rápida institucionalização do regime democrático e da economia de mercado. O exemplo português de progressiva reinserção de elementos conotados com o antigo regime, não só em termos privados, permitindo o seu regresso a Portugal, mas também não

colocando entraves à sua participação na vida pública, permitiu superar de forma mais eficaz as profundas clivagens políticas existentes na sociedade portuguesa.

Não se procurou nesta conferência tirar conclusões relativamente ao caminho a seguir pela Europa central e de leste. Os exemplos de Portugal e de Espanha atrás salientados pretendem ser apenas pistas para reflexão. A diversidade de situações aponta para uma comparação difícil entre os processos, sendo fundamental ter as devidas atenções quando se procura generalizar as experiências concretas de cada país.

Os participantes na conferência provenientes da Europa centro e leste salientaram porém a importância da divulgação das experiências bem sucedidas de transição democrática. O conhecimento do desenrolar da transição e consolidação da democracia noutros países funciona como estímulo, na medida em que demonstra que é de facto possível realizar um processo tão complexo. Por outro lado, a dificuldade e morosidade destes processos, tanto em termos políticos como económicos, patente nas experiências da Europa do sul, mostra claramente a necessidade de tempo para a concretização das reformas. O exemplo de Portugal e Espanha realça a complexidade de todo este processo e aponta para a necessidade de ponderação nas reformas a efectuar. A divulgação de diferentes experiências é um meio fundamental para o desenvolvimento das reformas políticas e económicas, na medida em que constitui uma base para uma maior discussão dos processos actuais de consolidação democrática, levada a cabo pelos seus próprios intervenientes.

M.J.S.

II FORUM EURO-LATINO-AMERICANO

AS RELAÇÕES EURO-LATINO-AMERICANAS: QUE FUTURO?

Lisboa, 28, 29 e 30 de Abril de 1992

O II Forum realizou-se num momento em que a América Latina começava a sair decididamente da «década perdida», consolidava os regimes democráticos e afirmava a via da integração, com relevo para o projecto do Mercosul.

Acontecimentos recentes, tanto na Europa, quanto na América Latina, vêm confirmar a importância do reforço das relações entre as duas regiões. A consolidação da democracia deve ser uma prioridade europeia, na perspectiva da política externa e de segurança

comum. Uma Europa com um projecto político, como ficou demonstrado no I e no II Forum, não pode deixar de incrementar as relações com a América Latina, numa altura em que, para além de afinidades culturais, o espaço de convergência entre as duas regiões se alarga para o campo económico e político.

Do decorrer dos trabalhos do II Forum organizado pelo IEEI com a colaboração da FIESP, foram retiradas as seguintes conclusões e recomendações:

Acredita o II Forum Euro-Latino-Americano que, fundadas numa convergência de valores, existem bases institucionais e tradição de diálogo entre a Europa e a América Latina que é necessário aprofundar. Forçoso é porém reconhecer que existem obstáculos e lacunas que só poderão ser ultrapassados praticando-se de parte a parte o discurso da verdade, o que significa trabalhar dentro dos limites da realidade. Reconhecendo que existe ainda um deficit no relacionamento euro-latino-americano e constatando a dificuldade de grandes iniciativas, considera que essa circunstância leva naturalmente a um esforço maior para encontrar oportunidades efectivas de aproximação.

I. O Forum discutiu, nos seus múltiplos aspectos, a situação da cooperação e do diálogo euro-latino-americano, procurando identificar os diversos níveis de diálogo entre as duas regiões (o comunitário, o dos agrupamentos regionais, o nacional e o das sub-regiões - o sector público e o sector privado), ciente de que é necessário um esforço múltiplo para que se consiga maior dinamismo no intercâmbio euro-latino-americano.

II. O Forum constatou a evolução positiva que ocorreu na América Latina entre a reunião de São Paulo e a de Lisboa, quer do ponto de vista do sucesso das reformas económicas, quer da evolução dos processos de integração regional. De facto, os países latino-americanos, de uma forma geral, começam a registar sucessos na contenção das despesas públicas, na redução do deficit orçamental e na liberalização das trocas comerciais, o que explica o aumento do interesse dos investidores, materializado num acréscimo importante dos investimentos.

A América Latina dispõe de inegáveis vantagens do ponto de vista da estruturação económica e empresarial, uma vez que há uma longa implantação de economias de mercado nos países do continente, e não está pois condenada à marginalidade no novo quadro internacional. Continua no entanto a ter de superar problemas de extrema gravidade, nomeadamente no domínio social.

III. Considerou o Forum que a Comunidade Europeia e os países da América Latina têm todo o interesse em procurar a convergência de pontos de vista sobre a reorganização do

sistema internacional, por forma a influenciarem essa reorganização. Neste domínio, o Forum recusou a ideia de uma partilha do mundo em blocos, designadamente a que sugere que a América Latina teria que integrar-se em exclusividade num bloco continental.

Latino-americanos e europeus consideraram ser essencial que a Europa e a América Latina actuem concertadamente por forma a imprimir à reorganização do sistema internacional um rumo mais democrático, assente no multilateralismo, que privilegie a formação de espaços abertos e facilite o diálogo entre os conjuntos regionais.

No plano económico, é necessário buscar pontos de encontro no processo de articulação das regras multilaterais que garantam um regime comercial aberto. É necessário eliminar as formas de protecção e, especialmente, as que têm bloqueado o êxito da rodada Uruguai das negociações do GATT, como um dos passos para que se volte ao ciclo de crescimento económico que sirva as duas regiões.

IV. Salientou o Forum o significado da convergência entre a Europa e a América Latina no domínio da cultura e da democracia para as relações entre os dois espaços. Essa convergência e afinidade civilizacional recomendam que, no âmbito de instituições como o Conselho da Europa, a América Latina seja considerada em pé de igualdade com os demais países da área civilizacional europeia do continente americano, e não continue a ser colocada no quadro difuso do diálogo Norte-Sul.

A Europa e a América Latina devem, no seu diálogo institucional, reforçar os instrumentos e mecanismos de defesa da democracia e valorização dos direitos humanos.

Foi manifestada a necessidade de ser prontamente reposta a legalidade democrática nos países em que, contrariando a tendência geral na América Latina e na Europa, foi subvertida. Neste particular, foi expressa profunda preocupação relativamente aos acontecimentos recentes no Peru.

V. Foi considerada questão fundamental a definição dos interlocutores para a institucionalização do diálogo entre a Europa e a América Latina. Na Europa existe a realidade não já do mercado comum mas da União Europeia, espaço com posições comuns na área económica e monetária e na área da política externa. A América Latina, por seu turno, a despeito da sua identidade cultural e histórica, não constitui uma «unidade operacional» do ponto de vista do diálogo com a Europa.

Foi salientada a diversidade dos processos de integração em curso, que permitem prever a existência de pelo menos duas áreas de integração no continente americano, uma a norte e

outra a sul. Europeus e latino-americanos atribuíram a maior importância ao Mercosul, cujo desenvolvimento e sucesso exercerá um enorme poder de atracção sobre a maioria dos países da América do Sul.

Foi de novo sublinhada a importância do diálogo grupo a grupo e referida a sua especificidade, que implica a criação de consensos no seio de cada um dos grupos e a sua institucionalização, por forma a delegarem poderes em órgãos representativos e falarem tanto quanto possível a uma só voz.

Foi feita uma distinção, a este propósito, entre zonas de comércio livre e processos de integração económica e política como o europeu, com muito maior capacidade de superar rivalidades políticas e de contribuir, através de medidas comuns, para aumentar o grau de coesão económica e social entre os países e regiões que os constituem.

VI. No que diz respeito ao debate sobre o lugar da América Latina nas prioridades europeias e da Europa nas prioridades latino-americanas, foi considerado que a América Latina deveria encarar a Europa como uma das suas prioridades cimeiras e vice-versa. Para tanto, foi frisada a necessidade de uma maior presença dos países latino-americanos na Europa, quer no domínio económico quer político, quer ainda da informação. Foi salientada a conveniência de uma iniciativa latino-americana ao nível infra-estatal na Europa, que se traduza em trabalhar mais directamente com as autoridades regionais europeias, promover associações de empresários e trabalhar de um modo geral em direcção à sociedade civil.

Foi ainda salientado que continuar a medir a América Latina unicamente pela dimensão dos seus problemas sociais, reconhecidamente graves, e sem a superação dos quais não poderá consolidar de forma definitiva as suas democracias, leva a ter dela uma imagem distorcida, a ignorar os factores de modernidade igualmente presentes, que estão na base do crescimento que actualmente volta a verificar-se, e que são importantes para a Europa.

VII. Do que precede, retirou o Forum algumas recomendações específicas:

No plano institucional,

uma acção de sensibilização das opiniões públicas e dos governos dos dois continentes, com a criação de uma estrutura informal e paritária de informação mútua;

a diversificação dos níveis de diálogo euro-latino-americano, com a realização de reuniões sectoriais, designadamente a nível de representantes governamentais e especialistas das áreas da agricultura, da ciência e da tecnologia;

a autonomização dos programas para a América Latina, a nível da Comunidade Europeia;
o apoio aos processos de integração na formação de quadros e transferência do 'know-how' de integração, em que a experiência europeia pode ser da maior utilidade.

No plano económico,

a criação de um grupo consultivo CE/Mercosul, que englobe, a par de representantes governamentais, representantes empresariais;

o fomento de um maior diálogo da OCDE com os países latino-americanos;

o alargamento dos programas do BEI aos países latino-americanos e o estabelecimento de uma cooperação deste com o BID;

que se busquem oficialmente acordos de comércio livre com a Europa através das associações subregionais latino-americanas ou bilateralmente (modelos EFTA/CEE ou CEE/Marrocos);

No plano do reforço da cooperação científica e tecnológica,

a abertura de programas como o Eureka à participação de projectos latino-americanos, bem como a criação de um fundo que vincule a CE e o BID para a formação de «centros de excelência», abertos a europeus e latino-americanos.

No plano das questões ambientais,

a harmonização de posições dentro de toda a medida do possível, com vista à conferência Eco/92, no Rio, que pode constituir um momento especial das relações euro-latino-americanas, esperando-se que a Europa comunitária esteja representada ao mais alto nível da Presidência e da Comissão.